

DA REALIDADE A SER MEDIADA À REALIDADE MUDIÁTICA: status ontológico e epistemológico

Liriam Sponholz

Doutora, coordenadora de cursos da Quadriga Hochschule, em
Berlim (Alemanha).

L_sponholz@hotmail.com

RESUMO

Há um mundo que independe de um sujeito conhecedor para existir? É possível conhecê-lo? Sob quais condições? Até que ponto? Estas questões assumem uma importância central no trabalho de mediação da realidade feito por jornalistas. O objetivo deste artigo é fornecer um modelo de análise dos status ontológico e epistemológico da realidade social, matéria-prima da produção jornalística, e da realidade midiática como produto jornalístico. Para isso, parte-se da teoria dos mundos de Karl Popper e da concepção sobre a construção da realidade social de John Searle.

Palavras-chave: Realidade. Conhecimento. Jornalismo.

A essência do jornalismo está na mediação da realidade (BENTELE, 2008; KOVACH & ROSENSTIEL, 2001; GUERRA, 1998). Através da sua pretensão de ser o mediador entre o público e a realidade é que o jornalismo se diferencia de outras atividades midiáticas.

Para exercer a sua função social de mediador e possibilitar ao leitor “encontrar-se” no seu meio ambiente, o jornalismo precisa oferecer informações adequadas à realidade. Esta demanda cresce com o aumento da complexidade nas sociedades atuais, já que a maior parte dos acontecimentos que afetam as nossas vidas no dia-a-dia não é vivenciada diretamente. Seja a greve dos caminhoneiros ou a decisão do governo de enviar o Exército às ruas, é principalmente através do jornalismo que se tem diariamente a chance de saber o que acontece A sua volta.

Todos estes eventos são “vivenciados” secundariamente, dentro dos quadros oferecidos pelos meios de comunicação. As questões a serem discutida aqui são: que realidade é esta, que é fornecida pelos quadros produzidos pelo jornalismo? O que esta realidade tem a ver com aquela à qual estes quadros se referem, sobre a qual o jornalismo noticia? Qual é o tipo de relação possível entre a realidade midiática e a realidade social?

Para discutir a existência e a possibilidade de conhecimento objetivo da realidade a ser mediada pelo jornalista - a realidade social -, parte-se da teoria dos mundos desenvolvida na filosofia da ciência de Karl Popper (1984, 1992, 2000) e das reflexões de John Searle (1997, 1998) a respeito da ontologia daquela realidade. A escolha destas concepções se deve ao fato de ambas se ocuparem especificamente com o status ontológico de uma realidade que, ao contrário da física ou natural, não é dada a priori.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: em um primeiro momento, discute-se o que é realidade e analisa-se os diferentes tipos de realidade. No centro desta discussão encontram-se os status ontológico (o que existe) e epistemológico (o que se conhece) da realidade social.

Num segundo momento, analisam-se os tipos de realidade com os quais o

jornalismo trabalha, o seu status ontológico e as possibilidades de conhecê-lo. Por último, propõe-se um modelo teórico de análise das possibilidades de conhecimento objetivo em jornalismo.

1. A EXISTÊNCIA DA REALIDADE

A existência da realidade é um problema ontológico: há um mundo exterior, ou seja, um mundo cuja existência independe da nossa percepção? Esta questão não pode ser respondida empiricamente, não sendo passível nem de confirmação nem de refutação (BAUMANN, 2002, p. 19).

Como não há a possibilidade de comprovação, a existência de um mundo exterior (*Außenwelt*) só pode ser tomada como um axioma, ou seja, como uma “hipótese” inicial, que não será averiguada, mas que serve para que se possa avançar na discussão, construir um catálogo de hipóteses e testá-las.

Há tanto motivos lógicos quanto pragmáticos que favorecem esta decisão. Früh (1994) escreve que, como Kant pressupõe, nós provavelmente só conhecemos uma parte deste mundo e da nossa maneira. “Mas este conhecimento é conduzido sistematicamente a um nível elementar pelo mundo exterior”, completa o autor (FRÜH, 1994, p. 24).

Früh (1994) lembra que há até mesmo casos em que a percepção é conduzida pelos estímulos do mundo exterior sem que uma interpretação cognitiva seja necessária. Assim, é possível perceber uma pancada, o ar ou um raio por reflexo, ou seja, sem interpretá-los cognitivamente.

Do ponto de vista lógico, se não houver uma realidade ou um mundo exterior a nós, também não há um objeto para nossas declarações, opiniões, avaliações. É plausível pressupor-se que as declarações sobre o mundo exterior o descrevem, o julgam, o classificam, mas não o inventam. Para tornar isto claro: a palavra “água” descreve o objeto água, mas não o cria (cf. BAUMANN, 2002).

Quanto à perspectiva pragmática, Woody Allen resume o problema de maneira bem concreta: “Eu estou atormentado por dúvidas. E se tudo for uma ilusão e nada existir? Neste caso, eu definitivamente paguei demais pelo meu tapete” (apud BAUMANN, 2002, p. 21)¹.

A questão parece ser menos polêmica quando se trata do status ontológico da realidade física. O problema adquire uma outra complexidade se envolver a realidade produzida socialmente. Em outras palavras, parece ser mais fácil pressupor que

montanhas e rios existem do que o dinheiro, o casamento ou as eleições.

Neste contexto, o filósofo austríaco Karl Popper (1984, p. 109) sistematiza o problema da seguinte forma: o mundo 1 abrange os objetos físicos, como vulcões, terremotos etc. O mundo 2 é composto por estados de consciência ou por comportamentos e disposições para agir. Os resultados das ações humanas formam o mundo 2, como por exemplo uma música, um quadro ou uma poesia (cf. POPPER, 2000). Embora os mundos 2 e 3 sejam produzidos pelo ser humano, eles têm status ontológicos diferentes. O mundo 2 se baseia em “eu sei” enquanto o mundo 3 se refere ao saber (POPPER, 1984). Dos três mundos, só o mundo 2 precisa de um sujeito para existir. A existência do mundo 3 significa que não somente objetos naturais como água e terremotos existem, mas também idéias e teorias produzidas socialmente.

O mundo 3 é um produto natural do ser humano, assim como a teia de uma aranha. A teia é produzida pela aranha, mas continua existindo mesmo depois que esta não viva mais nela. Como o próprio filósofo explica²:

Um enxame de vespas é um enxame de vespas, mesmo depois de ter sido abandonado. Um ninho de pássaros é um ninho de pássaros, mesmo que nunca tenha sido utilizado. De forma semelhante, um livro continua sendo um livro - um determinado tipo de produto - ainda que ele nunca venha a ser lido. (POPPER, 2000, p. 48)

Com isso, Popper separa existência (status ontológico) de conhecimento (status epistemológico) dos objetos da realidade produzida pelo ser humano. O termo “conhecimento objetivo”, neste caso, se refere a um conhecimento que resulta da ação humana (produto), mas que existe sem a necessidade de um sujeito conhecedor (“ainda que ele nunca venha a ser lido”). O termo se opõe ao conhecimento subjetivo, pertencente ao mundo 2, que se refere ao processo de produção. Neste sentido, um objeto do mundo 3 transcende inclusive o seu criador (POPPER, 1984, p. 165).

Objetos do mundo 3 podem ter também uma forma física, como no caso do livro, mas não precisam desta para existir. Idéias, teorias e argumentos, ou seja, apenas o conteúdo forma este mundo e tem, portanto, um status ontológico objetivo.

Contar com tal status não significa que o conteúdo de uma teoria - enquanto representação de uma outra realidade - seja verdadeiro ou útil. Isto quer dizer apenas que ela tem uma existência própria (POPPER, 2000). Se a história contada corresponde à realidade exterior ao livro ou não, se o filme se baseia em uma história verídica ou não, esta é uma outra questão, que não afeta a existência em si do livro ou do filme. O filme continua existindo, ainda que o roteiro não seja baseado em fatos reais, bem

como uma teoria, cujo conteúdo seja falso.

A sistematização dos diferentes tipos de realidade (física, social subjetiva e social objetiva) realizada por Popper na teoria dos três mundos faz parte da sua obra como filósofo da ciência e é um dos elementos constitutivos da sua teoria do conhecimento.

A obra de Popper, no entanto, não se resume à sua teoria do conhecimento. Em seus escritos “A miséria do historicismo” e “A sociedade aberta e seus inimigos”, o filósofo austríaco abandona o campo da epistemologia para se dedicar à filosofia política, fundando o individualismo metodológico (cf. ANTISIERI, 2002). Neste, Popper tenta construir dois modelos não somente diferentes, como também opostos de interpretação da realidade social, os do individualismo e do coletivismo. No seu individualismo metodológico, Popper acaba por negar o status ontológico de determinados objetos daquela como, por exemplo, instituições sociais. Antiseri (2002, p. 83) resume o problema da ontologia social nestes dois modelos da seguinte forma:

O que os conceitos coletivos denominam? Os individualistas [...] afirmam que os conceitos coletivos (como ‘sociedade’, ‘partido’, ‘Estado’, ‘revolução’, ‘nação’) só têm um ponto de referência no mundo, que é o indivíduo, pois só indivíduos existem e agem. Já os coletivistas [...] consideram os conceitos coletivos como designações de entidades com uma condição própria, que existiriam independente dos indivíduos. Por isso os coletivistas acreditam no poder destas entidades (como por exemplo a ‘igreja’, o ‘exército’ ou a ‘nação’) de determinar os valores e as convicções dos indivíduos de maneira decisiva.

Dentro deste contexto, a contribuição de Popper para a discussão sobre os status ontológico e epistemológico de instituições sociais se concentra na afirmação de que elas não têm existência própria. Sua posição resume-se a dizer que “é preciso admitir que a estrutura do nosso ambiente social é gerada em um certo sentido pelo ser humano, que as suas instituições e tradições não são nem obra de Deus nem da natureza, mas sim resultado das ações e decisões humanas” (POPPER, 1992, p. 110).

Esta resposta parece insatisfatória ao considerar-se que objetos como dinheiro, eleições, governo ou polícia fazem parte do nosso cotidiano de maneira no mínimo tão penetrante quanto os da realidade física, confrontando-nos constantemente com a sua “existência”. Mas que tipo de existência é essa?

2. OS STATUS ONTOLÓGICO E EPISTEMOLÓGICO DA REALIDADE SOCIAL

A lacuna deixada pela epistemologia de Popper é o objeto de reflexão de John Searle, que se ocupa exatamente com a existência dos denominados “fatos institucionais”.

Com relação à ontologia, Searle diferencia entre fatos brutos e fatos institucionais (SEARLE, 1997). Os primeiros correspondem à idéia do mundo 1 de Popper. O fato de que o sol fica a 150 milhões de quilômetros da Terra é do tipo bruto. Já o fato de que Brasília é capital do Brasil é do tipo institucional. Ao contrário destes, os fatos brutos não dependem de instituições humanas para existir. Eles têm, portanto, um status ontológico objetivo.

Fatos institucionais, como dinheiro, casamento, governo, têm um status ontológico subjetivo. O dinheiro só existe enquanto houver quem o defina como tal. Assim, os marcos alemães utilizados na Alemanha Oriental, embora ainda possam existir fisicamente como cédulas e moedas, não são mais “dinheiro”. Os fatos institucionais de Searle pertenceriam, portanto, ao mundo 2 de Popper.

Se o dinheiro não “existe”, ou seja, não tem um status ontológico objetivo, no que consiste a sua existência? Neste contexto, Searle diferencia entre os status ontológico (objetivo e subjetivo) e epistemológico (objetivo e subjetivo) (SEARLE, 1998). O status ontológico objetivo - para Searle - significa uma existência sem a dependência de ações humanas (como vulcões e terremotos).

O status epistemológico objetivo, por sua vez, significa que o teor de verdade ou falsidade de uma afirmação não depende dos sentimentos ou dos julgamentos humanos. Assim, a declaração “Brasília é a capital do Brasil” é epistemologicamente objetiva, mas a declaração “Brasília é melhor do que o Rio de Janeiro” é epistemologicamente subjetiva (cf. SEARLE, 1998, p. 58).

Os dois status são independentes um do outro, de forma que algo ontologicamente subjetivo pode ser epistemologicamente objetivo. O exemplo fornecido por Searle é o da dor, algo que depende de um sujeito para existir, mas cujo teor de verdade ou falsidade pode ser verificado (cf. gráfico 1).

Gráfico 1: Status ontológicos e epistemológicos da realidade segundo Searle (1997, 1998)				
	Status ontológico		Status epistemológico	
	objetivo	subjetivo	objetivo	subjetivo
Definição	Existência não depende de ações humanas	Existência depende de ações humanas	“Existência” depende de ações humanas, mas não de julgamentos ou opiniões pessoais	“Existência” depende de ações humanas e de julgamentos e opiniões pessoais
Tipo	Realidade física	Realidade social		
Exemplo	Montanhas, rios	Dinheiro, casamento, eleições (instituições)		Juízos de valor

A questão agora é: no que consiste o status epistemológico objetivo da

declaração “Brasília é a capital do Brasil” ou, para utilizar o caso analisado por Searle, o que faz com que uma nota de 50 Reais seja dinheiro? Que tipo de “existência” é esta?

Tal existência não depende de objetos materiais e tem um status ontológico subjetivo (depende de um sujeito observador ou usuário). Segundo Searle (1997), sua existência baseia-se em três elementos: 1) a atribuição de uma função, 2) a intencionalidade coletiva e 3) as regras de constituição. Assim, o dinheiro existe porque a ele atribui-se uma função: o de representar o valor de uma mercadoria e possibilitar trocas. Uma função é sempre algo definido pelo interesse do sujeito observador ou usuário.

Objetos do mundo 1 de Popper ou que, para utilizar a terminologia de Searle, compõem os fatos brutos, também podem ter uma função. As árvores, por exemplo, têm a função de purificar o ar. Mesmo esta função é algo atribuído pelo observador.

A função da árvore e a do dinheiro se diferencia, no entanto, pela sua intencionalidade: no caso dos fatos institucionais, atribui-se propositalmente uma função ao objeto de acordo com o uso que se faz dele.

O segundo elemento da “existência” de objetos sociais é a intencionalidade coletiva: vários indivíduos têm a intenção de que o dinheiro represente o valor de uma mercadoria e que se possa utilizá-lo como objeto de troca.

É neste caso que se percebe o déficit do individualismo metodológico de Karl Popper em esclarecer a realidade social, já que a intenção coletiva não é a soma das intenções individuais. O fato de uma nota de 50 Reais ser dinheiro não depende da opinião pessoal do vendedor ou do comprador. A intencionalidade de cada indivíduo quando se utiliza o dinheiro não é do tipo “eu tenho esta intenção”, mas sim “nós temos esta intenção” (SEARLE, 1997, p. 36).

Este fato não é o resultado de um acordo entre ambos, mas sim algo dado, a ser tratado como “natural” ou evidente. Neste sentido, intencionalidade coletiva não é consenso (entendido aqui como resultado de um processo de argumentação) (cf. SEARLE, 1997, p. 57), pois não precisa ser consciente.

Como Searle explica, algo pode ser uma montanha até mesmo que ninguém acredite que ela seja, mas não é possível que um pedaço de papel seja dinheiro se ninguém acreditar nisso. O mesmo princípio vale também para eleições, guerra, propriedade, casamento etc. (SEARLE, 1997).

Dentro dos fatos ou objetos sociais, há uma subcategoria, a dos fatos institucionais, que depende de um terceiro aspecto, das regras constitutivas, para existir. Assim, não basta que o dinheiro sirva para trocas e que todos acreditem nisso. Somente o papel impresso pelo Banco Central pode ser chamado de dinheiro. A cópia

de uma nota de 50 Reais pode ser igual à original, também ter as mesmas características físicas, mas não é dinheiro (SEARLE, 1998). Além destes três elementos, é preciso acrescentar que um fato institucional só pode existir se a função atribuída não for temporária, ou seja, é preciso que seja possível pagar uma mercadoria permanentemente com aquilo que se denomina dinheiro.

Com a sua teoria sobre a ontologia dos fatos sociais, Searle mostra que objetos sociais “existem”, embora sejam constituídos subjetivamente.

2.1. As realidades do jornalismo

No jornalismo, podem ser observados basicamente dois tipos de realidade: a sobre a qual se noticia, a ser mediada e a que o jornalismo produz (realidade midiática).

A realidade a ser mediada pode abranger acontecimentos naturais como terremotos, enchentes, erupções de vulcões. Quando jornalistas noticiam sobre isso, eles têm como objeto a realidade natural ou física, ou seja, o mundo 1 de Popper. Este mundo tem um status ontológico e não precisa de um sujeito conhecedor para existir (ver gráfico 2). Se não houvesse nenhum ser humano na face da terra ou se ninguém soubesse da existência do Etna, ainda assim este vulcão existiria.

No entanto, a maior parte das notícias não se refere ao mundo natural, mas sim às conseqüências de um terremoto ou de uma enchente, às ações das pessoas envolvidas etc. Muitos assuntos a serem noticiados não têm relação nenhuma com o mundo 1, como por exemplo eleições, demonstrações, partidos, desemprego, entre outros. Tais objetos da realidade a ser mediada são resultados de ações humanas. Sem sujeitos agentes e conhecedores, eles não existiriam. Neste sentido, a realidade social não tem um status ontológico subjetivo. Se não houvesse nenhum ser humano na face da terra, também não haveria desemprego ou partidos.

Mas por outro lado, embora a realidade social dependa de sujeitos agentes/conhecedores para existir, a sua existência não está ligada a um único sujeito. Se não houvesse nenhum ser humano na face da terra, também não haveria partidos, mas se o “Seu João” - enquanto observador ou sujeito conhecedor - morresse hoje, partidos continuariam a existir. De acordo com Bentele:

Em um sentido ontológico, a realidade é constituída de

elementos e estruturas. Em um sentido epistemológico e comunicativo, a realidade é constituída por elementos e estruturas que existem relativamente independentes, seja temporal ou local, do sujeito conhecedor, de um único jornalista e de suas estruturas de conhecimento subjetivas. Independente é não somente a natureza virgem, não trabalhada (como, por exemplo, a superfície da lua), mas também a natureza trabalhada (a cadeira, a mesa) ou um recorte da sociedade, ou seja, as realidades física e social. A realidade construída socialmente também existe relativamente independente do sujeito em um ato de conhecimento isolado. (1988, p. 344)

Resumindo: somente parte da realidade a ser mediada pelo jornalismo tem um status ontológico objetivo, como por exemplo, catástrofes naturais. Mas toda a realidade que lhe serve como objeto é epistemologicamente objetiva, pois mesmo os objetos sociais - que não têm um status ontológico objetivo - existem indiferente da opinião ou julgamento de cada um.

A realidade objeto do jornalismo é epistemologicamente objetiva no sentido de que acontecimentos que a envolvam podem ser averiguados intersubjetivamente. Uma eleição existe, indiferente da posição política do jornalista, bem como um vencedor, que é definido pelas regras constitutivas.

Consequentemente, o resultado da observação de um mesmo evento por dois ou mais jornalistas não pode ser contraditório, se aquela tiver como base o mesmo recorte da realidade.

2.2. A realidade midiática

Enquanto a realidade a ser mediada pode possuir um status somente epistemológico objetivo (realidade social), a realidade midiática possui ambos ao mesmo tempo.

Esta deve ser entendida como uma representação simbólica de uma outra realidade primária (física ou social). A condição de realidade secundária não pode ser anulada, o que significa, por exemplo, que o noticiário sobre um comício eleitoral jamais será o mesmo que o comício em si. Há um sujeito mediador da realidade primária - neste caso, o jornalista - que é elemento constituinte da segunda realidade.

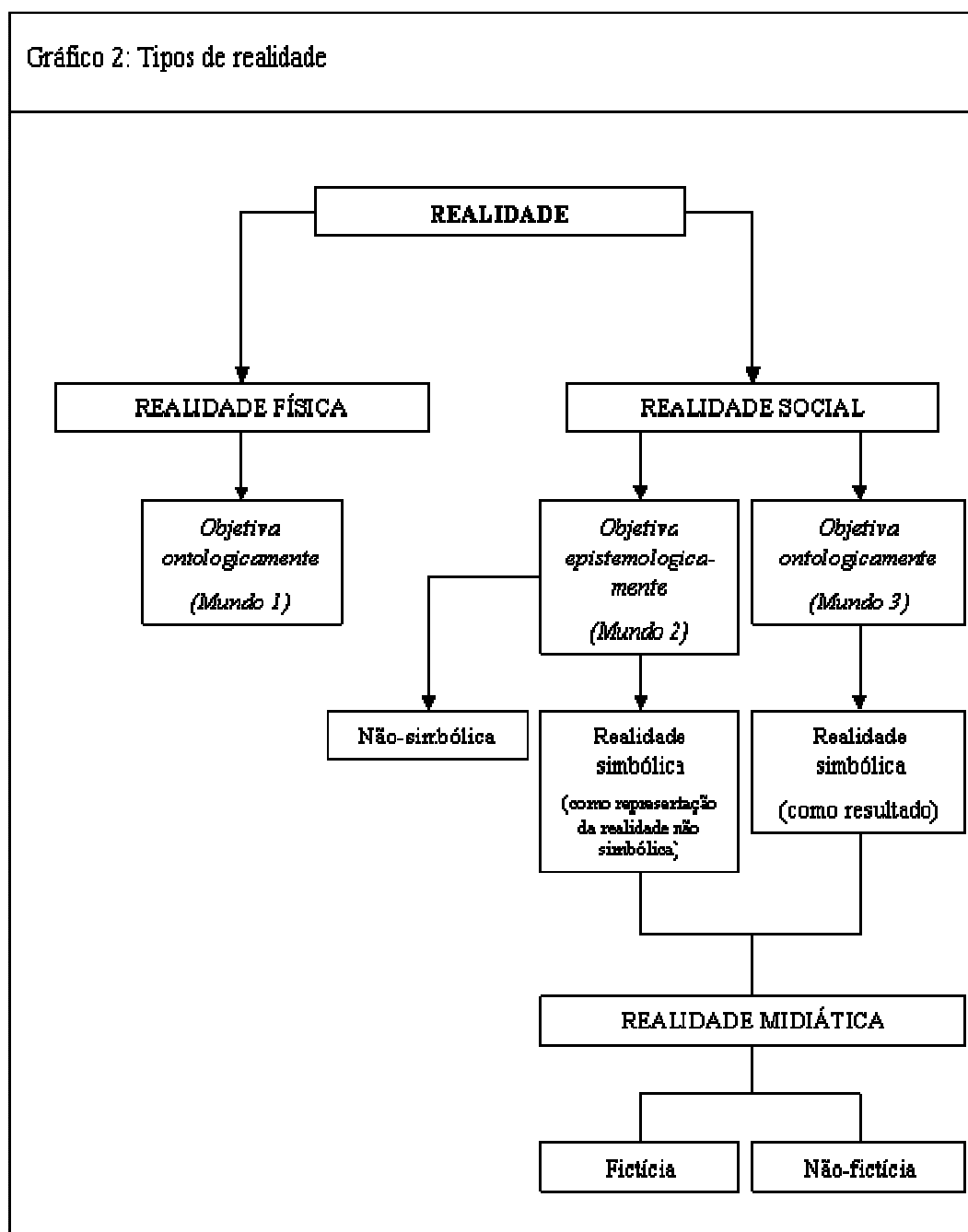
A realidade midiática, no entanto, não é constituída somente por este. No seu quadro *La trahison des images*, o pintor René Magritte escreveu sob a imagem de um cachimbo a frase *Ceci n'est pas une pipe* (Isto não é um cachimbo). A sua obra trabalha

com a idéia de uma realidade secundária, representativa: a imagem traçada por Magritte não é um cachimbo de verdade, mas sim uma representação deste.

Ainda que seja uma representação, o desenho do pintor belga se baseia em uma realidade primária, já que cachimbos existem de fato. Quando se fala de uma realidade secundária, parte-se do pressuposto de que há uma realidade primária e de que é possível conhecê-la.

O quadro de Magritte tem um status epistemológico objetivo, assim como a realidade midiática produzida pelo jornalismo. Assim como em *La trahison des images*, o que se vê nas telas ou se lê nos jornais é uma representação de uma realidade primária.

A realidade midiática, no entanto, não é apenas uma representação, tendo existência própria. Enquanto resultado, ela também tem um status ontológico objetivo, fazendo parte do chamado mundo 3 de Popper. A existência do quadro de Matisse não depende de ações humanas, muito menos de um sujeito observador. O mesmo ocorre com textos noticiosos, filmes, programas de rádio.



Embora toda realidade midiática tenha como base uma outra, exterior a ela (o conhecimento completamente subjetivo é impossível), a sua relação com esta se diferencia de acordo com a atividade midiática. Os meios de comunicação não exercem apenas a função de mediação da realidade, mas também as de entretenimento e integração, entre outras (cf. BURKART, 1995). O status epistemológico objetivo tem um

papel central, sobretudo no jornalismo, ou seja, na atividade que reivindica o papel de mediador da realidade. Neste contexto, pode-se diferenciar a realidade midiática em fictícia (como, por exemplo, filmes e telenovelas) e não-fictícia (jornalismo).

3. CONSEQUÊNCIAS PARA O JORNALISMO

Se a realidade social tem um status epistemológico objetivo, tanto o PT quanto o PSDB existem, indiferente da opinião ou do julgamento pessoal do jornalista.

A primeira consequência desta concepção é a de que nem todas as declarações sobre o mesmo recorte da realidade são igualmente válidas. Para tornar isto claro: Ou neonazistas escreveram as iniciais de um partido no corpo de uma mulher estrangeira ou ela mesma se mutilou. Ambas as possibilidades não podem ser corretas. Há ainda a possibilidade de que ambas sejam falsas. A realidade midiática, como representação da realidade social, pode conter tanto declarações falsas quanto corretas e isto pode ser verificado.

Utilizar um modelo que defina o que é passível de conhecimento intersubjetivo parte de uma série de pressupostos bem como apresenta limites. As possibilidades de verificação se limitam às declarações sobre o mundo exterior ou do tipo descritivo. Só afirmações do tipo “O prefeito inaugurou três escolas durante a sua gestão” podem ser averiguadas com relação a sua concordância com a realidade. Declarações do tipo “O prefeito é bom” não podem ser verificadas. Voltando ao exemplo citado, pode-se verificar se, como e quando a mulher foi agredida, bem como quem a agrediu. Não se pode verificar, no entanto, se a agressão neste caso seria justificável.

As dificuldades na verificação de declarações descritivas não são, portanto, a priori de ordem epistemológica, mas sim um problema de reconstrução da realidade, o que ocorre dentro de condições materiais e/ou políticas limitadas. No exemplo citado acima, pelo menos a vítima sabe se a agressão existiu ou não, ainda que os demais não venham necessariamente a saber.

Esta leitura é encontrada mesmo em posições filosóficas diferentes. Na teoria dos atos da fala de Searle, aquele tipo de declaração é denominado de assertiva ou correspondente e seu teor de realidade pode ser verificado empiricamente (cf. SEARLE, 1998). Popper diferencia entre função descritiva e função argumentativa da linguagem humana. Da primeira - segundo Popper - surge a idéia regulativa de verdade, ou seja, de uma descrição que corresponda aos fatos (POPPER, 2000). Na psicologia social, esta discussão corresponde à sistematização dos diferentes tipos de tentative beliefs (descritivos, avaliativos ou prescritivos) (ROKEACH, 1968).

Considerando-se as limitações no conhecimento da realidade social, a segunda consequência do modelo aqui proposto se refere ao trabalho de apuração jornalística. As declarações descritivas analisadas acima fazem parte do nível factual, que geralmente corresponde às perguntas do lead sobre o quê, quem, quando e onde. Este se difere do nível interpretativo (perguntas sobre como e por quê) não só por poder ser verificado intersubjetivamente, mas também por exigir um outro tipo de investigação.

Enquanto no nível interpretativo a averiguação é feita sobretudo com o princípio de ouvir os dois lados, o nível factual não pode ser resumido a este instrumento de apuração. Em outras palavras, para verificar se uma pessoa foi agredida por neonazistas, não adianta ouvir somente a vítima e/ou o suposto agressor. É preciso envolver mais fontes e de diferentes tipos. As fontes a serem ouvidas no nível interpretativo geralmente são as interessadas, envolvidas ou afetadas. Já a apuração do nível factual, que deveria preceder a do interpretativo, começa exatamente pelos menos envolvidos (cf. HALLER, 1991).

Ao apontar para o status epistemológico da realidade sobre a qual o jornalismo noticia, afirma-se que é possível verificá-la, investigá-la, não havendo, portanto, nenhuma sustentação para a prática do jornalismo declaratório. Evidentemente, o trabalho de investigação do nível factual custa mais tempo, formação e recursos materiais do que o do nível interpretativo. Ao mesmo tempo, a apuração do nível factual é imprescindível para que se possa partir para o levantamento das interpretações.

É certo que o jornalismo não trabalha somente com declarações descritivas (cf. SEIXA, 2000; SPONHOLZ, 2008). Estas são instrumentos limitados de apreensão da realidade e muitas vezes o mais importante em uma pauta se encontra exatamente no nível interpretativo.

Por outro lado, o oposto também pode ocorrer. No caso da brasileira supostamente atacada por simpatizantes ou adeptos do partido racista SVP na Suíça, a averiguação do nível factual era a condição *sine qua non* para a análise do caso. A não-averiguação e a conseqüente divulgação de um episódio fictício não só impossibilitam o conhecimento de um determinado recorte da realidade (a agressão em si) por meio do jornalismo. Se este evento singular se transformar em um modelo de interpretação, o jornalismo contribui para atrapalhar o conhecimento de uma problemática maior, a do neoracismo na Suíça.

Em um outro caso semelhante, uma mulher afirmou ter sido atacada por três magrebianos e três negros em um metrô de Paris por ser judia. Assim como no caso brasileiro, tanto o presidente quanto o ministro das Relações Exteriores da França

condenaram o suposto ato, que se descobriu ser uma invenção.

Em um programa de notícias, o canal de TV Arte, conhecido pela sua programação de qualidade, chegou até mesmo a entrevistar um expert, que “analisou” a suposta agressão. Isto mostra concretamente que o jornalismo tem desperdiçado as chances de uma aproximação maior da realidade ao ignorar ou abandonar a investigação do nível factual.

4. CONCLUSÃO

Nas condições de existência dos objetos da realidade social encontra-se o potencial de um conhecimento objetivo - neste caso, intersubjetivo - em jornalismo. A ontologia dos fatos sociais de John Searle mostra que o fato de os objetos da realidade social serem construídos não significa que sejam fictícios, que não existam. A sua existência não depende ainda da opinião pessoal de cada um.

A realidade social epistemologicamente objetiva à qual Searle se refere é a dos objetos (o dinheiro) e dos fatos sociais (“Brasília é a capital do Brasil”). Ela não envolve julgamentos ou avaliações nem previsões. No entanto, ainda que de forma limitada, o jornalismo não pode abdicar desta possibilidade de se aproximar da realidade, ao considerar toda e qualquer declaração sobre um mesmo recorte da realidade como uma versão válida.

**From the reality to be mediated to the media reality:
ontological and epistemological status****ABSTRACT**

Does there exist a world whose existence depends upon a perceiving subject? Can one recognize it? Under which conditions? To what extent? These questions are of central relevance to journalists, whose task it is to communicate reality. This article aims to develop a theoretical model of the ontological and epistemological status of both social reality, as an object of journalistic production, and the reality of the media, as a journalistic product. The basis for this model is provided by Karl Popper's Three World conjecture and John Searle's social ontology.

Keywords: Reality. Knowledge. Journalism.

**De la realidad a ser mediada a la realidad mediática:
estatus ontológico y epistemológico****RESUMEN**

¿Hay un mundo que depende de un sujeto conocedor para existir? Es posible conocerlo? ¿En qué condiciones? ¿Hasta dónde? Estas cuestiones desempeñan un papel central en la mediación de la realidad de la labor realizada por los periodistas. Este artículo tiene la intención de proporcionar un modelo para el análisis de la condición ontológica y epistemológica de la realidad social, de la materia prima de la labor periodística, y de la realidad de los medios como un producto periodístico. Para ello, buscamos fundamentación en la teoría de los mundos de Karl Popper y recogimos a John Searle para explicar la construcción de la realidad social.

Palabras claves: Realidad. Conocimiento. Noticias.

REFERÊNCIAS

ANTISERI, D. **Karl R. Popper**. Vordenker für eine offene Gesellschaft. München: Ars Una Verlagsgesellschaft, 2002.

BAUMANN, P. **Erkenntnistheorie**. Lehrbuch Philosophie. Stuttgart, Weimar: Metzler, 2002.

BENTELE, G. **Objektivität und Glaubwürdigkeit von Medien**. Eine theoretische und empirische Studie zum Verhältnis von Realität und Medienrealität. Unveröffentlichte Habilitationsschrift, Berlin, 1988.

_____. **Objektivität und Glaubwürdigkeit: Medienrealität rekonstruiert**. Wiesbaden: VS, 2008.

BURKART, R. **Kommunikationswissenschaft**. Grundlagen und Problemfelder. Wien, Köln, Weimar: Böhlau, 1995.

FRÜH, W. **Realitätsvermittlung durch Massenmedien: die permanente Transformation der Wirklichkeit**. Opladen: Westdt. Verlag, 1994.

GUERRA, J. **O contrato fiduciário entre o jornal e o público**. Paradoxos da crítica à objetividade. Comunicação e Política, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 197-214, 1998.

HALLER, M. **Recherchieren**. Ein Handbuch für Journalisten. München: Ölschlag Verlag, 4. Auflage, 1991.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **The Elements of Journalism**. What Newspeople Should Know and the Public Should Expect. New York: Crown Publishers, 2001.

POPPER, K. R. **Objektive Erkenntnis**. Hamburg: Hoffman und Campe. 4. Auflage, 1984.

_____. **Die offene Gesellschaft und ihre Feinde**. Falsche Propheten. Hegel, Marx und die Folgen. Tübingen: Mohr Siebeck, 1992.

_____. Subjektive oder objektive Erkenntnis? In: _____. **Lesebuch: ausgewählte Texte zur Erkenntnistheorie, Philosophie der Naturwissenschaften, Metaphysik, Sozialphilosophie**. Tübingen: UTB für Wissenschaft, p. 40-59, 2000.

ROKEACH, M. **Beliefs, Attitudes and Values: A Theory of Organization and Change**. San Francisco: Jossey-Bass, 1968.

SEARLE, J. R. **Die Konstruktion der gesellschaftlichen Wirklichkeit**. Zur Ontologie sozialer Tatsachen. Hamburg: Rowohlt, 1997.

_____. **Geist, Sprache und Gesellschaft**. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1998.

SEIXAS, L. **Os atos verbais jornalísticos**. Um estudo dos 'fazeres' jornalísticos por editoriais de política. In: IX Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, São Paulo, 2000.

SPONHOLZ, L. **O método do jornalista**. Comunicação e Educação. Ano VIII, nº 2, p. 57- 64, 2008.

¹ "I am plagued by doubts. What if everything is an illusion and nothing exists? In that case, I definitely overpaid for my carpet". Tradução da autora.

² Os textos em alemão foram traduzidos pela autora.